

Serviço Social, marxismo e lutas emancipatórias: fundamentos feministas para além dos identitarismos

Social Work, marxism and emancipatory struggles:
feminist foundations beyond identitarianism

*E há de nascer um novo amanhã
Pra gente acordar e dançar
Sem medo de ser, sem medo de amar
Sem que nada possa nos machucar*

(Gilsons)

Mirla Cisne^a

 <https://orcid.org/0000-0002-4654-8464>

Elaine Behring^b

 <https://orcid.org/0000-0001-9523-160X>

Resumo: Temos como objetivo tecer uma crítica feminista e marxista ao identitarismo e verificar suas principais implicações para a organização política da classe trabalhadora. Para tanto, partimos da defesa ortodoxa do materialismo histórico-dialético e reivindicamos a classe social como diversa e, ao mesmo tempo, dialeticamente una em uma complexa totalidade.

Palavras-chave: Marxismo; Feminismo; Emancipação humana; Identitarismo.

Abstract: Our aim is to develop a feminist and Marxist critique of identitarianism and its main implications for the political organization of the working class. To this end, we start from the orthodox defense of dialectical historical materialism and reclaim the social class as diverse while simultaneously, dialectically, united in a complex totality.

Keywords: Marxism; Feminism; Human emancipation; Identitarianism.

^aUniversidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró/RN, Brasil.

^bUniversidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Recebido: 26/5/2026 ■ **Aprovado:** 29/6/2026

Editora responsável: Priscila Flório Augusto

1. “Decifra-me ou te devoro”: a imprescindibilidade da ortodoxia no método em Marx para análise e transformação da realidade

*Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diferentes maneiras;
a questão, porém, é transformá-lo.*

(Karl Marx, 1845, *Tese XI sobre Feuerbach*)

É pressuposto do Serviço Social — como profissão interventiva e orientada à emancipação humana, tal como aponta nossa direção ético-política — uma perspectiva guiada pela razão dialética, pela práxis. Não é suficiente, portanto, intervir na realidade, é preciso saber para quê, como, com quem e por quem intervir. Esse entendimento nos leva ao pressuposto marxiano, explicitado na epígrafe anterior.

Ao considerarmos o entendimento já consolidado no Serviço Social de que a questão social é nossa matéria e objeto de intervenção e investigação é indispensável analisar criticamente e em uma perspectiva de totalidade o movimento histórico das relações sociais que a determinam. Nesse sentido, as **relações sociais de sexo, raça e classe são estruturais**, indissociáveis e dialeticamente imbricadas: **são determinações e não apenas expressões da questão social**. Nessa perspectiva, a compreensão crítica de tais relações é indispensável para a análise da questão social, que se inscreve numa lógica contraditória do sistema patriarcal-racista-capitalista.

O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória. [...] Foi, por conseguinte, o próprio Marx que me ensinou a pensar o nó, [...] A sociedade é uma totalidade, não com articulações entre elementos isolados, mas orgânica, como bem ensinou Marx (Saffioti, 2000, p. 73-74).

Essas relações que formam o “nó” são estruturais não apenas por se fazerem presentes em todas as expressões de desigualdade social, mas

também por estarem implicadas diretamente na divisão e na organização do trabalho (e sua exploração) na sociedade patriarcal-racista-capitalista.

Lênin, na obra *Esquerdismo: doença infantil do comunismo* (1981), já nos ensinara que “a análise concreta da situação concreta é a alma do marxismo”. Esse pensamento sintetiza a importância do método materialista histórico-dialético não só para a produção da teoria marxista, mas, sobretudo, para a intervenção política na realidade. Se essa é a alma do marxismo, o método em uma perspectiva de totalidade, contradição e mediação, podemos dizer que o que faz pulsar o seu coração são as lutas pela transformação desta sociedade. A análise da realidade concreta, portanto, é absolutamente indispensável para a práxis, tão cara ao Serviço Social, por possibilitar a unidade dialética entre teoria e prática. Referimo-nos, assim, a uma teoria revolucionária que, como tal, exige rigor/ortodoxia no método, o que não significa dogmatismo, como explica Lukács:

Marxismo ortodoxo não significa [...] portanto, um reconhecimento acrítico dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “crença” nesta ou naquela tese nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia, em questão de marxismo, refere-se, antes, exclusivamente ao método (Lukács, 2003, p. 29).

Sabemos que uma análise concreta do real não nos assegura uma ação política acertada, porém, é certo que “quem erra na análise, erra na ação”, pensamento que também sintetiza a perspectiva leninista. Por isso, decifrar a realidade segue sendo um grande, senão o maior, desafio não só ao Serviço Social, mas também a todos os sujeitos individuais e coletivos que se põem como sujeitos éticos orientados por um horizonte emancipatório. É condição *sine qua non* termos rigor no método materialista histórico-dialético para o alcance de uma análise concreta do real, livre de idealismos e das armadilhas da *pseudoconcreticidade* (Kosik, 1986), do aparente. O feminismo materialista vem, nesse sentido, contribuindo com a construção de uma teoria revolucionária ao superar idealismos e culturalismos, pois possibilita:

[...] uma base indispensável para análise de totalidade — próprio do método marxista — das relações sociais, na medida em que problematiza as relações sociais de sexo, raça e classe de maneira imbricadamente dialética. A classe ganha raça e sexo, deixa de ser vista de maneira homogênea, assim como a exploração da força de trabalho, que além de racializada é inserida na divisão sexual do trabalho (Cisne; Ferreira, 2021, p. 8).

Desde a queda do muro de Berlim, em 1989 — um marco simbólico do chamado “fim do socialismo real” —, instaurou-se de maneira mais espalhada e aparentemente generalizada a “crise dos paradigmas”, com a qual a crítica ao marxismo e a descrença na luta de classes ganham centralidade e, com ela, sua perspectiva emancipatória entra em xeque. As consequências dessa perda de referência não apenas reverberam atualmente, como também se reconfiguram em novas “linguagens” e formas de organização política, muito mais pautadas na ideologia liberal, que repõe sobremaneira o ser egoísta e competitivo em detrimento das possibilidades éticas da construção do ser humano genérico.

Nesse contexto, não somente teorias consideradas universais são questionadas, mas, principalmente, o próprio sujeito revolucionário — classe trabalhadora —, abrindo um lastro para a fragmentação e o desencontro entre sujeitos políticos coletivos da mesma classe. Desencontrados, acionam uma lógica liberal empobrecida, posto que até princípios do liberalismo ilustrado não são correspondidos, como o respeito ao pensamento diferente e a contraposição à censura.

Num mundo fragmentado composto de “sujeitos desencontrados”, no qual conhecimentos totalizadores são impossíveis e indesejáveis, que outro tipo de política poderia existir, senão uma espécie de radicalização descentrada e intelectualizada do pluralismo liberal? (Wood, 2003, p. 14).

Neste artigo, buscamos tecer uma crítica feminista e marxista ao identitarismo e verificar suas principais implicações para a organização política da classe trabalhadora em sua diversidade e multiplicidade de

identidades. Aqui, não compactuamos com a crítica conservadora aos chamados movimentos identitários. De início, já adiantamos que nossa crítica não se dá no sentido de negação das identidades, tampouco de desconsiderar a importância e a necessidade da reivindicação dos direitos voltados à garantia da diversidade humana sem a vivência de opressões, exploração, discriminações e preconceitos. Assim, compreendemos o ser social como uma “totalidade unitária”, que não anula “o fato ontológico de que, na nossa individualidade, somos seres únicos, tampouco cancela o gênero humano como unidade de diversos” (Brites; Barroco, 2022, p. 151). É com base nessa unidade dialética de diversidade e universalidade do gênero humano que, ao mesmo tempo, contempla nossa individualidade e singularidade, que sustentamos nossas reflexões.

2. Trabalho e classe social — nas trilhas da totalidade

*Não nos afastemos muito
Vamos de mãos dadas.*

(Carlos Drummond de Andrade)

Ao partir da centralidade do trabalho na história das diferentes sociedades e de seus fundamentos socioeconômicos e políticos, é possível encontrar as bases materiais para a crítica às ideologias dominantes, como a patriarcal e a racista, que se imbricam com as relações de classe. Para tanto, é necessário entender que nesta sociedade (cis-hetero) patriarcal-racista-capitalista,¹ o trabalho possui três divisões estruturais, radicalmente associadas:

¹ Utilizamos o prefixo (cis-hetero) ao patriarcado apenas para dar ênfase e explicitar a dimensão da cisgêneridade e do heterossexismo como componentes do patriarcado. Porém, entendemos que, mesmo sem esse prefixo, o patriarcado necessariamente parte do binarismo conservador e naturalizante dos sexos, sendo pautado na cisgêneridade e no heterossexismo. Assim, sempre que nos referirmos ao patriarcado, estamos também nos referindo a um sistema cisgênero e heterossexista. Para maior entendimento sobre patriarcado, ver Cisne e Santos (2018).

a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas (Cisne; Santos, 2018, p. 25).

Ao ter por base essas divisões, supera-se o pensamento dicotômico entre lutas específicas e luta geral, ou seja, a raiz das desigualdades de sexo e a de raça/etnia não são explicadas por uma especificidade cultural das mulheres e da população negra: são, como expõe Souza-Lobo (2011, p. 79), “elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária”.

No plano histórico, é preciso lançar esforços na investigação de como a classe trabalhadora é forjada em meio a processos de expropriação, escravização, exploração e, particularmente, de como as mulheres foram sujeitadas e transformadas em “máquinas de trabalho” (Federici, 2017), para a garantia da reprodução de força de trabalho. A análise feminista da história possibilita essa investigação crítica e profunda da constituição do capitalismo, desde a acumulação primitiva, como um processo violento contra as mulheres e seu poder organizativo (o extermínio das “bruxas”). Silvia Federici oferece uma importante síntese para a compreensão da importância do feminismo na análise da história do capitalismo:

[...] A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno; [...] o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar

e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições — especialmente a divisão entre homens e mulheres — que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta (Federici, 2017, p. 119).

Com essa análise, não há como não considerar as determinações patriarcais e racistas para o processo de composição da classe trabalhadora e exploração do capital sobre o trabalho. Não podemos, portanto, compreender a classe trabalhadora de maneira homogênea. A formação da classe “é um fenômeno histórico. [...] algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica [...] vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto” (Thompson, 1963, p. 9, tradução nossa). Nesse sentido, é importante considerar não só a heterogeneidade da classe, mas, sobretudo, entendê-la no contexto histórico em que se inscreve, corporificada em pessoas que têm sexo, sexualidade, idade e foram/são historicamente racializadas, dentre outras diferenças.

Ao mesmo tempo que é heterogênea, a classe é uma unidade que pressupõe diferenças que se integram, mas não se anulam entre si. Compõem-se dialeticamente em totalidade que, como tal, é permeada de contradições e conflitos. Trata-se de diversidade dialética constituída em bases comuns de exploração, ainda que com formas diferenciadas de vivenciar opressões. A compreensão, portanto, da classe como uma unidade totalizante demanda o reconhecimento da sua diversidade.

Sabemos que classe não esgota as relações étnico-raciais e as relações patriarcais, mas possibilita unificar diferentes sujeitos e grupos em torno de um projeto comum (Cisne, 2014; Cisne; Santos, 2018). Dito de outra maneira: “Defender a classe como uma dimensão fundante parte do entendimento de que ontologicamente ela determina e estrutura as relações desiguais na sociedade capitalista, inclusive a condição de vivência diferenciada das diversas opressões” (Cisne; Santos, 2018, p. 79). Elucida Wood:

[...] ainda que todas as opressões tenham o mesmo peso moral, a exploração de classe tem um *status* histórico diferente, uma posição mais estratégica no centro do capitalismo; e a luta de classes talvez tenha um alcance mais universal, um maior potencial de progresso não somente da emancipação de classe, mas também de outras lutas emancipadoras (Wood, 2003, p. 224).

O potencial revolucionário que a classe possui se dá por vivenciar diretamente a exploração e as diferentes opressões e, por isso, é também a classe que congrega o potencial libertário da emancipação humana, ao representar interesses universais e não apenas grupais/focalizados. A classe trabalhadora, portanto, tem a capacidade política de universalizar as necessidades humanas e, com isso:

[...] apresentar alternativas societárias a partir de seus interesses particulares que representam a universalidade, a continuidade da espécie contra as forças que a ameaçam. Não por nenhuma essência, mas pela ação concreta que são capazes, ou não, de implementar no terreno concreto da luta de classes (Iasi, 2007, p. 113).

As alternativas societárias, entretanto, só se constituem como tal num projeto forjado na perspectiva de totalidade, que considere “a imbricação dinâmica e dialética das relações sociais de sexo, raça e classe, em toda a sua complexidade” (Cisne; Falquet, 2020, p. 437). Em outras palavras, a luta pela emancipação exige pensarmos a classe trabalhadora como um sujeito político complexo, não homogêneo. Nesse sentido, Danièle Kergoat (2018) defende uma premissa fundamental para a emancipação humana: a relação dialética entre dominação e emancipação, o que demanda entender o sujeito político não como homogêneo, mas “ao contrário, pensar a emancipação a partir de um sujeito político complexo” (Kergoat, 2018, p. 189).

Por isso, esse sujeito político precisa unificar as lutas e, ao mesmo tempo, diversificá-las, mas com direcionamento de classe, emancipatório. Para Marx, as classes são “sujeitos das alterações históricas, como

mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade” (Iasi, 2007, p. 110). Por isso, a consciência de classe é indispensável aos movimentos emancipatórios por ser a classe trabalhadora o sujeito universalizante da liberdade substantiva. Quando perdemos esse horizonte classista, perdemos também a perspectiva emancipatória, pois a universalidade que a classe pode possibilitar sucumbe a demandas imediatistas, corporativistas ou mesmo identitárias.

A classe se constitui como uma “totalidade relacional”, e não pode existir “senão na relação conflitual com outras classes” (Bensaid, 1999, p. 148). Isso significa que, por mais que tenhamos diferenças e vivências diversificadas de opressões, ao pertencermos à mesma classe e ao compartilhamos de uma “consciência militante” (Iasi, 2007), em prol de outro projeto societário, podemos e devemos agir em unidade. Da mesma forma, um outro sujeito pode possuir, por exemplo, a mesma orientação sexual, identidade de gênero ou racial, mas, ao pertencer a uma classe antagonica, isso impede a partilha da luta em unidade orientada pela e para a emancipação humana. É a classe e o projeto de classe — feminista, antirracista, anticapacitista e, sobretudo, anticapitalista — que nos possibilitam ser unos na diversidade. Para Marx e Engels:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra outra classe; fora disso, contrapõem-se de novo hostilmente uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes dada [*angewiesen*] pela classe a sua posição de vida e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal; estão subsumidos a ela (Marx; Engels, 2009, p. 93).

Assim, a classe se define não apenas pela posição diante da propriedade, ou não propriedade dos meios de produção, mas também: “pela posição no interior de certas relações sociais de produção”; e, ainda, “pela consciência que associa ou distancia de uma posição de classe”; e “pela ação dessa classe nas lutas concretas” (Iasi, 2007, p. 107).

Quando afirmamos que a classe é diversa, a compreendemos numa perspectiva materialista e de totalidade, em suas particularidades, inclusive para entender como a força de trabalho é diferenciadamente explorada, em decorrência da divisão sexual e racial do trabalho. Nesse sentido:

Entendemos a importância e o desafio de não hierarquizar categorias ou mesmo relações sociais. Defendemos, entretanto, a determinação econômica, em última instância, que a classe empreende, o que, para nós, não significa hierarquizar, mas reconhecer que mulheres, homens, a população LGBT, negra e indígenas são divididos entre si pela estrutura das classes sociais. [...] Mais uma vez, insistimos, isso não significa que tudo se esgota na classe ou que ela por si só seja suficiente para explicar os fenômenos. Apenas entendemos que é por meio da conformação e dinâmica das classes que as explorações e opressões se processam (Cisne; Santos, 2018, p. 87-88).

Assim, se reivindicamos que a classe é diversa, e afirmamos que ela é una, isso não significa mascarar tensões, conflitos e mesmo divisões no interior da organização da classe trabalhadora, mas entender a classe como uma totalidade dialética, o que não permite análises atomizadas e fragmentadas. Em síntese:

Apesar de reconhecermos a multiplicidade dos sujeitos inseridos em uma mesma classe, não queremos isolá-los em suas “identidades”. Ao contrário, precisamos perceber o sujeito classe trabalhadora, em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades. A classe como determinação central não pode secundarizar os demais elementos estruturadores desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe (Cisne, 2014, p. 30-31).

É, portanto, por meio da classe e de organização e luta de classes que conseguimos construir um projeto societário emancipatório feminista e antirracista, que considere e incorpore as demandas advindas das particularidades e das diferenças dos sujeitos que compõem a classe

trabalhadora. Essa é a mirada que sugerimos, cientes das dificuldades da classe para si neste início de século, pressionada pelo desemprego, pela perda de direitos e pela ofensiva burguesa e conservadora sobre as consciências, e que acirram a fragmentação, a luta defensiva e ampliam o espaço para as interpretações superficiais e pós-modernas. As lutas podem ter como estopim questões relacionadas às identidades (e muitas vezes tem sido assim), mas o fundamental é que sua direção mantenha essa bússola, tendo em perspectiva saltos no processo de formação da consciência e a ampliação do horizonte estratégico de superação da sociedade que sobrepõe as coisas às pessoas.

3. Por um projeto societário emancipatório: fundamentos críticos ao identitarismo

*Se me der um grito não calo
Se mandar calar mais eu falo
Mas se me der a mão
Claro, aperto
Se for franco
Direto e aberto
Tô contigo amigo e não abro
Vamos ver o diabo de perto
Mas preste bem atenção, seu moço
Não engulo a fruta e o caroço
Minha vida é tutano, é osso
Liberdade virou prisão*
(Gonzaguinha)

Nas últimas décadas de capitalismo neoliberal e em contexto de crise estrutural e civilizatória, há uma naturalização de violência e destruição de direitos que rebate diretamente na classe trabalhadora e nas suas formas de sobrevivência e organização política. Nesse contexto, a luta pela sobrevivência imediata, ao ocupar centralidade na vida das(os) trabalhadoras(es), reduz as possibilidades e as potencialidades das lutas

coletivas por emancipação. O individualismo e a competitividade ganham grande fôlego, recrudescendo a descrença na luta de classe por liberdade substantiva. A liberdade, quando pautada, passa a ser defendida como interesse individual ou de grupos identitários que, embora reivindicuem legitimamente sua liberdade e seus direitos, não conseguem, muitas vezes, compreender que a verdadeira liberdade (substantiva) não pode ocorrer de forma parcializada, só para alguns grupos em detrimento ou em confronto com outros que compõem a mesma classe social: “Liberdade virou prisão”, como nos disse o eterno Gonzaguinha. Nesse sentido, movimentos que assumem uma perspectiva identitarista — o que reiteramos, distingue-se do necessário reconhecimento das identidades no interior da classe —, acabam recusando a perspectiva de classe e, por conseguinte, não confrontam o capitalismo. Em uma perspectiva diferente, o feminismo marxista, portanto, emancipatório, associa a luta por liberdade das mulheres à luta por igualdade² verdadeira, ou seja:

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela **igualdade verdadeira** que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear (Mészáros, 2002, p. 271, grifos do original).

Qualquer luta, não apenas a feminista, adquire a perspectiva emancipatória quando desafia o capital e não se limita à gestão da minimização das opressões nos seus marcos. Para tanto, precisa universalizar as reivindicações, associá-las à luta contra a alienação e a exploração, como nos alerta Mattos:

Direitos específicos e identitários podem assim ganhar conteúdos mais amplos se as demandas por seu reconhecimento forem apresentadas como

² Entendemos igualdade não como contrária à diferença, mas antagônica à desigualdade.

reivindicações necessárias e transitórias no interior de uma proposta mais ampla de universalização das garantias de uma vida humana emancipada do jugo da alienação, exploração e opressão articuladas pela dominação do capital (Mattos, 2019, p. 68).

Quando setores de esquerda desconsideram a importância da organização classista, de um projeto societário emancipatório/revolucionário, caem em armadilhas ou mesmo “delírios” (Barros, 2004). Delírios que também entendemos como idealismos, decorrentes da perda da análise materialista e de totalidade das relações sociais, que cedem lugar a identidades fragmentadas e fragmentadoras, e que desconsideram a classe e o projeto societário emancipatório. Esse contexto é associado a uma essencialização da identidade, que faz com que o fenômeno do identitarismo identifique a(o) outra(o) como ameaça, como fundamenta Douglas Barros:

O processo de identificação pela busca de **identidade é uma ilusão necessária** — uma vez que o indivíduo sabe dos seus limites, da sua constante mudança causada pela experiência e da abertura que demarca a falta de essencialidade em si —, **o identitarismo é um delírio**: nele se julga já ter encontrado o objeto, e, portanto, o outro, a diferença, é sempre uma ameaça (Mattos, 2024, p. 25, grifos nossos).

Na perspectiva identitária, a identidade racial passa a ser superior ou mesmo independente da classe, assim como a identidade de gênero pode também ser entendida como superior ou independente da classe. Aqui apontamos para outra direção. Uma mulher, por exemplo, pode não representar a luta feminista, assim como um homem pode ser um aliado das lutas feministas. Uma pessoa negra pode representar interesses da branquitude e uma pessoa branca pode (e deve!) ser antirracista. Ou seja, não basta ser mulher para ter uma “consciência militante feminista” (Cisne, 2014, p.), assim como não basta ser negro(a) ou indígena para ser antirracista. O que queremos dizer com esses exemplos? Queremos explicitar a importância da consciência de classe e de não cairmos em

essencialismos que repõem naturalizações de sexo e raça e, contraditoriamente, contribuem, mais ou menos de modo consciente, para a naturalização da desigualdade e das opressões. Remetem ao apartamento do gênero humano (Brites; Barroco, 2022 p. 151) no que concerne às condições históricas e sociais que levam ao essencialismo e à naturalização de identidades, provocando “delírios” identitários, a exemplo de atribuir situação de privilégio a grupos que sofrem opressões e pertencem à mesma classe. Aqui, precisamos ser enfáticas: não existe privilégio, do ponto de vista de sexo-gênero, ao ser mulher cis numa sociedade patriarcal. O que pode haver é privilégio de classe de uma mulher da classe dominante sobre uma mulher da classe trabalhadora, o que, geralmente, também se imbrica com privilégio racial, na exploração do trabalho. Nesse caso, a palavra privilégio faz todo sentido, uma vez que uma goza do resultado do trabalho desvalorizado da outra, uma usufrui de privilégio em detrimento da outra. O que uma mulher cis goza de privilégio em relação a uma mulher trans? As mulheres cis não usufruem em nada das violências mais intensas que as mulheres trans efetivamente sofrem. Privilégio exige usufruto de algo em detrimento do(a) outro(a). Nenhuma violência vivida por uma mulher trans possibilita mais tempo livre ou enriquece uma mulher cis, por isso, não a privilegia. Na verdade, entendemos que cada violência ou violação sofrida por qualquer mulher — cis, trans, negra, branca, indígena — atinge todas as mulheres, pois fortalece o patriarcado. Essa consciência feminista é importante para não tratar a outra como inimiga. A alteridade e a solidariedade feminista devem nos unificar em nossa diversidade, na luta contra o inimigo comum: o patriarcado aliado ao capitalismo.

No campo da produção do conhecimento e de suas expressões no exercício da política, têm sido comuns debates do que é ou não central para as lutas. Muitas vezes, percebemos secundarizações da luta das mulheres ou mesmo da população negra e LGBTQIA+. Outra vez, alguns defendem que o central são as relações étnico-raciais, outros(as) o gênero... Cresce uma preocupante “dosimetria” social das chamadas

opressões, ou mesmo um ranqueamento no interior dos movimentos e das lutas sociais, de quem sofre mais opressão e/ou de quem é, muitas vezes, classificado como “privilegiado(a)”, o que chega a gerar disputas por representatividade e até mesmo conflitos, violências e cancelamentos políticos entre sujeitos que, em tese, seriam aliados(as). Referimo-nos, por exemplo, aos conflitos entres mulheres feministas negras e brancas, feministas lésbicas e feministas trans etc. Assim, a excessiva ênfase nas diferenças, sem considerar o que nos é comum, tem dificultado a construção de lutas unitárias e emancipatórias da classe trabalhadora. Mais que isso, tem provocado violências entre aqueles(as) que deveriam ser aliados(as), de situações que apenas interessam ao “inimigo principal”.

Quando só enxergamos o(a) outro(a) como diferente da minha pertença de identidade grupal, em razão da cor/raça, do sexo-gênero, da orientação sexual ou naturalizamos o indivíduo nessas dimensões, desconsiderando suas ações e mesmo trajetórias políticas, define-se precipitadamente o(a) outro(a) como antagonico ou inimigo, ainda que possa ser um(a) aliado(a) na práxis política.

No contexto identitarista, muitas vezes nem sequer se ouve o(a) outro(a), tampouco para localizar sua práxis política. Uma palavra não bem empregada/interpretada é suficiente para desconsiderar a trajetória política concreta de alguém considerado antagonico. Assim, o diferente é definido, antecipadamente, por sua aparência, como adversário. Mas, lembremos, a diferença é fundamento da diversidade humana. Por ela lutamos e reivindicamos o direito de sermos e existirmos, sem padronizações e biologizações que agem como fundamento das racializações e das inferiorizações sexistas. Para tanto, é fundamental entendermos que a diversidade humana do gênero humano:

[...] resulta de articulações dialéticas que envolvem dimensões biológicas, étnicas, sexuais, econômicas, políticas e culturais. Dimensões que não podem ser tomadas de modo isolado, existem como realidade histórico-social produzida e reproduzida na totalidade do gênero (Brites; Barroco, 2022, p. 151).

A prática deixa de ser critério da verdade. A linguagem passa a ser mais importante e representativa do que a práxis e a consciência de classe. Numa perspectiva afinada com Lévi-Strauss, a linguagem passa a fundar o ser social, como se fosse o seu alicerce e não mais a práxis mediada pelo trabalho, como categoria ontológica primária. O uso da linguagem, na perspectiva identitarista, também tem provocado cancelamentos e julgamentos políticos violentos, quando o(a) outro(a) não fala com as mesmas palavras. Assim, só se ouve (e, por vezes, só se lê) os considerados “iguais”, tidos como parentes definidos por uma anatomia que se define pela tonalidade da cor da pele ou pela identidade de gênero. Há, portanto, uma essencialização identitarista perigosa que tem gerado violências e ressentimentos entre possíveis pares, militantes do amplo espectro da esquerda, o que fortalece nossos ímpares. Como explica Douglas Barros:

Delimitada pela racionalidade concorrencial de um capitalismo em fim de linha, a nova lógica identitária, ao obliterar o comum, traz consigo o germe da violência no espectro político contemporâneo. É o que vemos com os retornos apaixonados às diferentes formas étnicas e religiosas, que operacionalizam uma lógica fascista, e com a proliferação de ressentimentos internos, que acaba por forjar uma luta de todos contra todos (Barros, 2024, p. 152).

Assim, diferentemente da construção da identidade que envolve um possível devir e um reconhecimento no(a) outro(a) não de maneira essencialista, mas no reconhecimento humano com alteridade, o identitarismo é “uma construção objetificante da identidade — a redução de uma subjetividade ao em-si fechado e sem alteridade” (Barros, 2024, p. 60). Com o identitarismo não conseguimos, por exemplo, como pessoa negra, construir uma identidade com uma pessoa branca, mesmo ela compartilhando da mesma classe e consciência política em torno da defesa de um projeto de sociedade antirracista. Em contrapartida, uma prática identitarista negra convida a chamar de irmão/parente um homem negro burguês, mesmo sendo de classe antagônica e ainda que ele seja um agressor/assediador de mulheres.

É secular o processo de identitarização da humanidade, pelo menos desde a colonização/invasão, quando a ideologia dominante associa e transforma as diferenças em inferiorizações ligadas à essencialização e à biologização para “justificar” ultraexplorações, destacadamente a sexual e a racial. E é justamente a naturalização racial, assim com a sexual, que nos leva a um suposto destino anatômico racial, definido por nossa cor, e sexual, definido, centralmente, por uma genitália.

De maneira diferente, a identidade, quando construída com consciência de classe, nos possibilita, mesmo quando somos pessoas brancas, adquirir uma consciência antirracista e ter alteridade com a luta antirracista, assim como não é necessário ser uma mulher trans para nos solidarizar e construir uma identidade com as mulheres trans na luta feminista anticapitalista. Logo, a identidade envolve devir e alteridade. Sair do em-si fechado que tem — por inúmeras vezes no último período — aprisionado nossas lutas é, sem dúvida, um grande desafio aos movimentos e às organizações da classe trabalhadora. Daí decorre a necessidade de um projeto societário que nos unifique como classe revolucionária, ou seja, voltado à transformação desta sociedade patriarcal-racista-capitalista. É com esse projeto societário e por ele que nos enlaçamos em pertença, consciência e identidade de classe, e nos colocamos em movimento emancipatório.

Considerações finais

Vimos argumentando pela imbricação dialética entre relações sociais de sexo, raça e classe, compreendidas em uma perspectiva de totalidade e unidade, na dinâmica conflitual, de assimetrias e antagonismos sociais engendrados pelo processo de produção e reprodução social do capitalismo. Esse é nosso ponto de partida e chegada para analisar qualquer expressão da questão social. Não estamos falando, portanto, de opressões descoladas de uma análise econômica (não economicista), das relações de exploração que permeiam o trabalho como fonte de valor, no

contexto das relações de produção e reprodução capitalistas (Behring, 2021). Pelo contrário, ao ter por base as divisões do trabalho, supera-se o pensamento dicotômico entre lutas específicas e luta geral. Ou seja, a raiz das desigualdades de sexo e de raça/etnia não é explicada por uma especificidade cultural das mulheres e da população negra.

Partimos da defesa ortodoxa (e não dogmática) do materialismo histórico-dialético, ancoradas no feminismo materialista/marxista, que compreende que há três relações sociais estruturais: as relações sociais de sexo, raça e classe. Essas três relações são estruturais porque envolvem a exploração do trabalho de um grupo/classe sobre outro(a). Nessas divisões do trabalho antes referidas, há conflitos, hierarquias, antagonismos que se espraiam e se expressam nas desigualdades étnico-raciais e entre os sexos, cuja densidade/intensidade é determinada pelas formações sociais do capitalismo nos vários países, no contexto do desenvolvimento desigual e combinado da economia mundo, com suas hierarquias e desigualdades.

Entender as relações sociais de sexo e raciais para reconstruir a história do trabalho é, sem dúvida, um grande legado do feminismo à tradição marxista. Não apenas o trabalho assalariado é considerado produtivo, mas, também, os trabalhos doméstico, emocional, procriativo e sexual, fortemente desempenhados pelas mulheres de maneira gratuita e que asseguram profundamente a reprodução da força de trabalho. Partir do trabalho e da análise e da luta de classe na história concreta, com base materialista e dialética, é, portanto, indispensável às lutas emancipatórias. Contrárias a essa perspectiva classista/emancipatória, temos assistido ao crescimento de movimentos identitários, que essencializam e mesmo naturalizam as identidades, conforme a crítica que realizamos nas linhas anteriores.

No feminismo e no antirracismo, a luta contra a essencialização/ biologização sempre foi fundamento. Nós nos tornamos mulheres (Beauvoir, 1980)! A racialização é uma construção social! Raça não é biológica, é histórico-social. Quando se essencializam as identidades, esses pressupostos

histórico-críticos se desmancham no ar e se repõe a lógica naturalizante/biologizante que historicamente tornou os(as) diferentes desiguais. Ou seja, aquilo que em tese sempre se lutou contra passa a ser, de modo invertido, “método” político. É, portanto, a naturalização/essencialização que torna o diferente desigual, ofuscando as determinações históricas da desigualdade social que possui raiz na exploração de classe, mediada estruturalmente pelas relações sociais de sexo e raça.

Por fim, ressaltamos a importância da consciência e o compromisso político com a emancipação. É a práxis política no cotidiano das lutas sociais que orienta saber quem são aliados(as). Por isso, falamos também de consciência, uma consciência que pode ser definida como militante, quando se associa a um projeto de transformação social, tão necessário e urgente nesses tempos de barbarização da vida social, com suas guerras imperialistas, genocídios, neofascismos, feminicídios, racismos e ofensiva sobre a classe, no sentido de sua exploração ainda mais intensa. Estes são processos que atingem de forma diferenciada trabalhadores(as) que têm cor e sexo. As mediações para a articulação de lutas e resistências requisitam juntar os fragmentos produzidos nesse tempo histórico contra o inimigo principal.

Referências

- BARROS, D. *O que é identitarismo*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 10. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.
- BENSAID, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BRITES, C.; BARROCO, L. *Serviço Social e ética profissional: fundamentos e intervenções críticas*. São Paulo: Cortez, 2022. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 9).
- CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 132, maio/ago. 2018.

CISNE, M.; FALQUET, J. Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 425-440, jan./jun. 2020.

CISNE, M.; FERREIRA, V. Feminismo e desigualdade: uma análise materialista das relações de opressão-exploração das mulheres. *Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 3, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i3.37191>.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. de M. dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

IASI, M. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KERGOAT, D. Entrevista concedida a Maria Maira Abreu. Dominação, lutas e emancipação: entrevista com Danièle Kergoat. In: KERGOAT, D. *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo, 2018.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LÊNIN, V. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. 5. ed. São Paulo: Global, 1981.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. Teses contra Feuerbach (1845) (VI tese). In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção: José Arthur Gianotti. Tradução: José Carlos Bruni et al. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os pensadores).

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 71-75, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo).

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 2011.

THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin, 1963.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Declaração de disponibilidade de dados:

Neste artigo, nenhum dado de pesquisa foi gerado ou utilizado.

Sobre as autoras

MIRLA CISNE – Doutora e pós-doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Foi bolsista de pós-doutorado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), entre 2024-2025. Bolsista produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: mirlacisne@gmail.com

ELAINE BEHRING – Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora em Sociologia e Ciência Política pela Université Paris 8. Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e Seguridade Social (UERJ). Bolsista produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: elainebehring@gmail.com